

DISCURSOS HETERONORMATIVOS EM LIVROS PARADIDÁTICOS DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

HETERONORMATIVE DISCOURSES IN PARADIDACTIC BOOKS FROM THE FIRST YEARS OF ELEMENTARY SCHOOL

Jackson Ronie Sá-Silva*
Fernando Lucas da Silva Gomes**
Alteney José Souza Gomes***

RESUMO

Este artigo apresenta a análise de discursos heteronormativos em treze livros paradidáticos dos anos iniciais do Ensino Fundamental de três escolas públicas municipais de Caxias, Maranhão, Brasil a partir da abordagem qualitativa documental, tendo como perspectiva teórico-metodológica os Estudos Culturais em Educação e a Análise de Conteúdo. Duas categorias de análise foram construídas e demonstraram que os discursos heteronormativos estão inscritos em representações de imagens, ilustrações e textos. Os resultados apontam que os livros paradidáticos corroboram com a generificação dos corpos, atuando como agentes normalizadores da heterossexualidade através da esfera dos papéis sociais, dos relacionamentos amorosos, das práticas esportivas, das cores e dos brinquedos. Desse modo, demonstra-se como as narrativas dos livros paradidáticos buscam fixar, legitimar e cristalizar a heterossexualidade, assumindo uma perspectiva essencialista, baseada na polaridade dos gêneros e atravessada por aspectos que classificam como abjetas, ilegítimas e anormais manifestações que destoam do padrão estabelecido para a sexualidade.

Palavras-chave: Heteronormatividade; Livros Paradidáticos; Pesquisa Documental.

ABSTRACT

This article presents the analysis of heteronormative discourses in thirteen books from the first years of Elementary School of three public schools in Caxias-Ma, Brazil, from the qualitative documental approach, having as perspective the Cultural Studies in Education and Content Analyze. Two categories of analysis were built and demonstrate that the heteronormative discourse is present in representations of images, illustrations and text. The results point that the paradidactic books corroborate with the genderization of bodies, acting as normalizing agents of heterosexuality through the sphere of social roles, of love relationships, of sports practices, of colors, and toys. In this way, it is demonstrate how the narratives of paradidactic books search to fix, legitimate and crystallize the heterosexuality, assuming an

* Doutor em Educação pela Universidade Estadual do Maranhão. Bolsista Produtividade em Pesquisa da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação na Universidade Estadual do Maranhão (PPG-UEMA), São Luís, Maranhão, Brasil. E-mail: prof.jacksonronie.uema@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9607-3674>

** Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Educação pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), São Luís, Maranhão, Brasil. E-mail: fer.lucas20@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-8417-9816>

*** Graduando em Ciências Biológicas Licenciatura, Bolsista PIBIC (PPG-UEMA / CNPq) pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), São Luís, Maranhão, Brasil. E-mail: altsouza365@gmail.com. ORCID: <http://orcid.org/0009-0008-1510-0000>



essentialist perspective, based in the polarity of gender and crossed by aspects that are classified as abject, illegitimate and anormal manifestations that clash from the pattern established to sexuality.

Keywords: Heteronormative; Paradidactic books; Documental Research.

1 INTRODUÇÃO

O contexto escolar é um ambiente marcado pela heterogeneidade, cuja presença de características distintas entre os indivíduos pode ser facilmente percebida. Esses atravessamentos decorrem do processo de interação dos sujeitos que, ao adentrar esse espaço, não se desvinculam de suas expressões identitárias e subjetivas. Assim, os corpos levam para a escola marcações referentes aos aspectos étnico-raciais, culturais, de gênero e de sexualidade, onde, na esfera da coletividade, constituem-se como entrelaçamentos de diversidade.

Entretanto, permeada por discursos hegemônicos que perpetuam a desigualdade e a diferença, a escola acaba produzindo rejeições sobre determinadas manifestações, enquadrando os indivíduos em narrativas pré-estabelecidas. Assim, esse local, responsável por potencializar a formação de indivíduos para o convívio social, paralelamente assume um movimento que limita vivências e hierarquiza expressões. Tais práticas são baseadas em classificações binárias, impondo demandas com base em percepções de certo e errado, aceitável e inaceitável, legítimo e ilegítimo, construídas socialmente.

A heteronormatividade se localiza nessa configuração, se constituindo como um conjunto de disposições que envolve discursos, valores e práticas, no qual considera como natural e normal apenas manifestações pautadas na heterossexualidade (Junqueira, 2013). Logo, para as heteronarrativas, todos os corpos presentes no âmbito escolar devem performar a heterossexualidade de forma ininterrupta, conseqüentemente negando a pluralidade dos processos sociais, delimitando espaços e impondo demandas.

É interessante destacarmos que, diferentemente da heterossexualidade compulsória, que exige que todos os sujeitos sejam heterossexuais, a heteronormatividade busca, independentemente da sexualidade com a qual o sujeito se identifica, exigir que todos enquadrem suas expressões dentro da lógica heterossexual. Ou seja, o homem homossexual, que performa a masculinidade hegemônica de forma ininterrupta, é categorizado como aceitável. Enquanto isso, o homem heterossexual, que possui características consideradas femininas, é visto como aquele que coloca em risco e abala as normalidades estabelecidas.

Nesse ínterim, podemos pontuar ainda como a questão dos papéis sociais de gênero estão intrinsecamente ligados a esse construto. Butler (2017) nos auxilia a compreender essa relação, afirmando que a sociedade desenvolve demandas de linearidade, coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo, denominando essa configuração de gêneros “inteligíveis”. Tendo como referência a fala da autora, quando uma mulher ou homem deixa de se relacionar com o seu considerado “sexo oposto”, eles ou elas não cumprem um dos requisitos de inteligibilidade, sendo categorizados como artificiais e impuros.

A institucionalização da heteronormatividade teve como marco o final do século XIX, onde os médicos, filósofos, moralistas e pensadores da época julgaram os sujeitos a partir de classificações, inventando tipos sexuais e decidindo o que era normal e o que era patológico, regrido e disciplinando a sexualidade (Louro, 2009). Desse modo, a autonomia dos sujeitos é removida, onde suas expressões identitárias são avaliadas e condenadas, caso haja manifestações contrárias ao que foi definido como norma.

No contexto escolar, essa instrução de masculinidades e feminilidades, movidas pela heteronormatividade, é realizada em conjunto ao conteúdo das disciplinas, em que são acionados artefatos físicos e abstratos para manter esses discursos em atividade, através de um investimento continuado e repetitivo (Louro, 2014). Essa reprodução acontece por meio de vigilâncias, divisões generificadas, silenciamentos e discriminações, que permeiam por toda a Educação Básica.

Tais discursos se localizam em diferentes setores, agindo tanto de maneira sutil como de forma exposta, e operando como um ciclo alimentado recorrentemente. O reconhecimento desses atravessamentos nos levou a questionar se os livros paradidáticos, materiais pedagógicos utilizados em sala de aula para potencializar o processo de ensino-aprendizagem, atuam como instrumentos que fornecem subsídios para a manutenção dessas narrativas.

Problematizar as heteronarrativas nos livros paradidáticos parte do princípio de proporcionar aos alunos(as), bem como os demais sujeitos presentes, a oportunidade de conviverem com suas semelhanças e diferenças de maneira ética e cidadã. Por se tratar de instrumentos utilizados com frequência na sala de aula, é necessário que os livros reconheçam, incluam e valorizem a diversidade existente no meio social, desconstruindo padrões e discursos normalizadores que visam limitar e hierarquizar vivências.



Objetivamos nessa investigação analisar os discursos heteronormativos presentes em livros paradidáticos dos anos iniciais do Ensino Fundamental, tendo como objetivos específicos: 1) localizar a norma heterossexual em livros paradidáticos; 2) descrever os discursos heteronormativos em livros paradidáticos.

Diante dos elementos expostos, percebemos como o currículo escolar pode se apresentar como um instrumento de poder na busca pela garantia do consenso e obtenção da hegemonia (Silva, 2007). Assim, a relevância deste estudo se sustenta em evidenciar tais aspectos nos livros paradidáticos, podendo fazer emergir contribuições que, possivelmente, resultarão em práticas educacionais/pedagógicas potencializadas para a não padronização de sujeitos.

2 PERCURSO METODOLÓGICO

Essa investigação é de abordagem qualitativa, tendo em vista que o estudo dialoga com os aspectos sociais do ser humano e seus desdobramentos, observando ainda o processo de subjetividade relacionado ao mundo dos significados e as concepções das ações humanas (Minayo, 2016). Compreendendo os livros como documentos, a pesquisa se configura como do tipo documental, para Sá-Silva, Almeida e Guindani (2022, p. 34), a metodologia da pesquisa documental “[...] recorre a materiais que ainda não receberam tratamento analítico, ou seja, fontes primárias”.

A aquisição dos livros paradidáticos foi realizada em três escolas da rede municipal de Caxias, Maranhão, Brasil. No processo de seleção desses materiais para a análise, utilizamos como critérios de inclusão: conter o selo de um dos programas de distribuição de livros e materiais pedagógicos; compor o acervo das escolas; ser um material utilizado recorrentemente nas salas de aula dos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Ao todo, conseguimos adquirir treze livros paradidáticos (Quadro 1). Nesse ínterim, também incluímos um código para cada material, usado para reduzir o título das obras, facilitando a indicação no momento de problematização dos discursos:

Quadro 1 - Livros paradidáticos dos anos iniciais do Ensino Fundamental, adquiridos em escolas da rede municipal de Caxias, Maranhão, Brasil.

Livro	Código
PAMPLONA, Rosane. A princesa que tudo sabia...menos uma coisa ; ilustrações de Dino Bernardi Junior. São Paulo: BRINQUE-BOOK, 2001.	LP1
CAMPOS, Carmen Lucia. As cores de Corina ; ilustrações de Camila Carrossine.1.ed. São Paulo: Guia dos Curiosos Comunicações, 2017.	LP2
LIMA, Ricardo da Cunha. Bis ; ilustrações de Luiz Maia.1.ed. São Paulo: Companhia das Letrinhas, 2010.	LP3
MACHADO, Ana Maria. Cadê meu travesseiro? ; ilustrações de Denise Fraiefeld. 2.ed. São Paulo: Salamandra, 2005.	LP4
CUNHA, Leo. Contos de Gringolados ; ilustrações de Eliardo França. Belo Horizonte: Signo, 2018.	LP5
AZEVEDO, Ricardo. Dezenove poemas desengonçados . 1.ed. São Paulo: Ática, 2012.	LP6
REZENDE, Maria Valéria. Hai-quintal : haicais descobertos no quintal; ilustrações de Myrna Maracajá. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.	LP7
GOMES, Alexandre de Castro. O livro que lê gente ; ilustrações de Cris Alhadef. São Paulo: Cortez, 2016.	LP8
CISALPINO, Murilo. O tamanho da gente ; ilustrações de Manoel Veiga. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.	LP9
FRANCO, Olívia. Quantos nomes tem um menino? ; ilustrações de Simone Matias. Belo Horizonte: Dimensão, 2011.	LP10
ROCHA, Ruth. Quem tem medo de ridículo? ; ilustrações de Mariana Massareni. - 4.ed. São Paulo: Gaia, 2007.	LP11
MACHADO, Luiz Raul. Travesseiro travesso ; ilustrações Vanessa Prezoto. - 1.ed. São Paulo: BR Educação, 2018.	LP12
LEITE, Márcia. Feminina de menina, masculino de menino . Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2011.	LP13

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Com os livros catalogados, iniciamos o processo de organização do material e tratamento analítico dos dados através da Análise de Conteúdo (Bardin, 2011), que propõe três etapas a serem realizadas: pré-análise; exploração do material e tratamento dos resultados; inferência e interpretação dos dados.

Na primeira etapa, referente a pré-análise, realizamos as leituras flutuantes e em profundidade dos livros. As leituras tiveram como objetivo estabelecer uma familiaridade com os materiais e efetuar uma observação acentuada dos paradidáticos com base nos objetivos da pesquisa, identificando quais elementos poderiam ser utilizados para a problematização. Ainda nessa etapa, realizamos a separação digitalizada dos textos e ilustrações que atendiam aos critérios estabelecidos, construindo, assim, o *corpus* da pesquisa.

Com essa etapa finalizada, iniciamos a fase de exploração do material e tratamento dos resultados, que está relacionada à codificação e categorização dos dados compostos no *corpus*. Assim, realizamos o agrupamento dos discursos, construindo duas categorias de análise: *Performatividades Heteronormativas e Artefatos Heteronormativos*.



Na etapa inferência e interpretação dos dados, terceiro e último momento da Análise de Conteúdo, realizamos a problematização dos discursos contidos nas categorias de análise com base nos Estudos Culturais em Educação, que subsidiou tanto a problematização dos discursos heteronormativos nos livros paradidáticos, quanto o reconhecimento de aspectos que poderiam fragilizar esse enquadramento normativo de gênero e sexualidade.

Nesse percurso, utilizamos como referência a produção de Duarte (2023), que organiza os dados a serem problematizados em agrupamentos de ilustrações e indicações de trechos com numerações. Então, os discursos interpretados em textos, a exemplo da fala de personagens ou de descrições narrativas, são expostos seguindo uma ordem sequencial de análise. É válido destacar, também, que todos os elementos analisados possuem suas respectivas referências, com a indicação do livro paradidático em que o discurso foi extraído.

3 PERFORMATIVIDADES HETERONORMATIVAS NOS LIVROS PARADIDÁTICOS

Os discursos que reunimos na categoria *Performatividades Heteronormativas* operam com o intuito de manter o ciclo heteronormativo em constante atividade por meio de determinações voltadas ao gênero e à sexualidade (Butler, 2017). Ignorando existências que ultrapassem o binarismo, o sujeito socialmente considerado como homem necessita manter seu corpo engrenado nas masculinidades heterossexuais, assim como as feminilidades heterossexuais são requeridas às mulheres. A Figura 1 e o Trecho 1 exemplificam essas representações, que estão centradas nos papéis sociais:

Figura 1 - Discursos heteronormativos sobre os papéis sociais masculinos.



Fonte: Ilustração A - (LP3, p. 31); Ilustração B - (LP10, p. 20); Ilustração C - (LP6, p. 10).

TRECHO 1

“Adivinhas, charadas, enigmas, perguntas e mais perguntas...

Não é que aquela princesa sabia tudo mesmo?

Mas um jovem vindo de longe descobriu a única pergunta que ela não sabia responder.

Que pergunta era essa?” (LP1, contracapa, grifos nossos).

Os discursos nos mostram as performatividades heterocentradas, com o corpo masculino sendo representado como aquele que detém o poder e que possui uma superioridade inata, cuja dominação se dá como uma necessidade constante. Para hegemonia operante, o ponto de partida para um indivíduo ser classificado como homem na sociedade advém de uma visão biológica do corpo, mas não se mantém restrito somente a ela. As marcações culturais pontuam atitudes, características e comportamentos também como elementos requeridos nessa determinação.

No que se refere aos discursos heteronormativos direcionados para os papéis sociais femininos, os livros paradidáticos analisados evidenciam a mulher como um sujeito que possui a passividade como característica principal (Trecho 1). Bourdieu (2012) expõe que essa associação é construída e reiterada pela dominação masculina existente, que direciona atribuições com base na centralidade do homem e sujeição da mulher.

A produção dessas narrativas parte da influência que polariza os gêneros, criando conflitos visivelmente expostos com base na diferença. Os papéis sociais masculinos são opostos aos femininos, as vivências referentes ao “ser mulher” na sociedade devem ser severamente distantes às de “ser homem”. Baseado em uma cristalização de manifestações fixas, imutáveis e essencializadas (Bento, 2017), o ordenamento que opera nesses materiais parece universalizar as categorias homem e mulher. Isso porque não conseguimos visualizar



movimentações representativas fora desses construtos.

Conforme podemos notar, os discursos nos livros paradidáticos sobre os papéis sociais masculinos e femininos heterocentrados (Figura 1 e Trecho 1) se fazem presentes de forma sutil. As ilustrações representativas restringem os corpos de alcançarem certos espaços, como a inserção e permanência de mulheres em um mundo público, por exemplo, gerando necessidades específicas com base no sistema patriarcal e sexista. A análise desses elementos nos permite perceber uma condição de controle amplo sobre os sujeitos presentes no âmbito social.

Foucault (2019) define esse movimento como biopoder, uma dominação exercida que possui como objetivo o controle da massa populacional. Diferentemente de um poder micro, uma condição de sujeição de indivíduo para outro, por exemplo, o biopoder atinge uma esfera socialmente ampla, visando o controle de práticas e manifestações cotidianas. Os discursos normativos de gênero e sexualidade se constituem como extensão desse controle, tendo como foco performatividades, práticas e manifestações de homens e mulheres em suas inter-relações.

As disposições heteronormativas sobre os papéis sociais nos livros paradidáticos são acionadas com a intencionalidade de manter o biopoder vigorado nas instituições sociais. As ilustrações e os trechos percebidos, pautados em masculinidades e feminilidades heterossexuais ensinadas e obrigatoriamente exigidas, são parte desse poder hegemônico existente que, por vezes, encontra-se discretamente enraizado, tornando quase imperceptível a sua identificação. A descrição e a problematização desses elementos nos auxiliam a compreender a complexidade dessas relações impressas nesses materiais escolares.

Além dos papéis sociais, os discursos heteronormativos nos livros paradidáticos, centrados nas performatividades, também permeiam os relacionamentos amorosos. A manutenção dessas relações hegemônicas marca o corpo que possui pênis e o corpo que possui vulva como dependentes, dando vazão a uma narrativa que classifica os relacionamentos heterossexuais como o modelo “natural” de organização social. Tais representações auxiliam na promoção de uma perspectiva que desconsidera a pluralidade de sexualidades existentes no meio social, reforçando um ideal que invalida expressões não heterossexuais.

É por meio da relação entre homem e mulher que a ordenação heteronormativa constrói seu pilar, exposta e desprovida de sutilidades. Os Trechos 2 e 3 exemplificam como esses discursos se fazem presentes nos livros paradidáticos, privilegiando os relacionamentos

heterossexuais:

TRECHO 2

“– Olá. Eu me chamo Rapunzel. E você?

– Eu sou o príncipe. Encantado em te conhecer...

Rapunzel riu da brincadeira, **mas logo franziu a testa, ao lembrar que jamais conseguiria abraçar nem beijar aquele príncipe encantador.**” (LP5, p. 20, grifo nosso).

TRECHO 3

“(…) – Ah! Ela é minha leitura predileta aqui dentro. Um verdadeiro romance! – Respondeu Aladim, fazendo uma resenha da história que conhecia. – **Quem me colocou aqui em cima foi o namorado dela**, que vinha sempre ajudar na arrumação da biblioteca. Acho que o nome dele é Mozinho, pelo menos era assim que Anitta o chamava” (LP8, p. 14, grifo nosso).

Como podemos notar, a configuração dos relacionamentos heterossexuais é representada de forma incontestável, em uma espécie de proposição fundada na legitimidade, pronta para ser observada e reproduzida sem nenhuma possibilidade de problematização. Essa norma é discursiva desde o nascimento (ou até mesmo antes dele), fase em que se finda que um homem deverá, necessariamente, relacionar-se com uma mulher.

Em uma primeira observação, notamos como os livros paradidáticos, de certa forma, colaboram com a ideia essencialista e complexa do amor relacionado à procriação, nascida no século XIX. Ou seja, se a união entre o órgão reprodutor do homem e da mulher oferece a possibilidade de perpetuação da espécie humana, deve ser o caminho mais coerente a ser seguido, devendo, portanto, ser idealizado e reiterado. Nesse sentido, a atração dos corpos, que resulta na oficialização dos relacionamentos, casamentos e construções familiares, serviria apenas para essa finalidade.

Katz (1996) corrobora com essas considerações ao afirmar que, no início desse período, a própria ideia do amor e paixão só era verdadeiramente legitimada por meio da consumação, isto é, do ato sexual entre um homem e uma mulher com o objetivo de procriação. O autor ainda relata que a energia humana deveria ser usada para produzir filhos, não podendo ser desperdiçada em “prazeres libidinosos” não reprodutivos. Práticas sexuais que desviassem desse princípio, como a masturbação e a homossexualidade, por exemplo, eram classificadas como perversões.

Sofrendo influências da dinâmica social de coletividade, a ênfase da prática categorizada



como manifestação do amor romântico se alterou com o passar das épocas, deixando de ser única e singular. Assim como a sexualidade, o gênero e o sexo, o sentido do amor nos relacionamentos se constitui em construções sociais mutáveis. Dessa forma, as transformações históricas trouxeram outras atitudes como demonstração desse sentimento, tais como o companheirismo, o prazer, o afeto, a cumplicidade e o convívio.

Entretanto, apesar de a sociedade ocidental contemporânea ter abandonado essa associação restritiva da reprodução como critério limitado dos relacionamentos amorosos, os discursos hegemônicos ainda perpetuam a heterossexualidade como um ato do amor verdadeiro e da paixão ideal. Os paradidáticos contribuem para a manutenção de tais discursos a partir do momento em que deixam de expor relacionamentos ou demonstrações de afeto que fogem desse padrão, narrando o envolvimento entre a figura masculina e a figura feminina como atos exclusivos de manifestações do amor romântico (Trechos 2 e 3).

A omissão dos relacionamentos não heterossexuais nesses documentos se configura como um elemento válido de problematizar. O ocultamento dessas relações íntimas opera com a intencionalidade de distanciá-las dos contextos sociais e escolares, haja vista que estão vinculadas à ideia de serem expressões que fogem à concepção de naturalidade.

Britzman (1996) expõe que a intencionalidade de tais omissões ainda se sustenta heteronormativamente pelo desejo de negar organizações homoafetivas ou de identidade de gênero, por exemplo, pressupondo que os(as) alunos(as) ainda não atingiram a idade correta para compreender essa diversidade *queer* existente no meio social. Podemos observar, nos Trechos 2 e 3, como essa mesma preocupação não é colocada sobre as relações heterossexuais, ou seja, esse cuidado não parte do princípio de distanciar a sexualidade como um todo, apenas expressões “desviantes”.

Os paradidáticos, ao definirem as construções familiares como configurações advindas dos relacionamentos amorosos, também nos possibilitaram analisar essas representações. Nesse seguimento, os discursos, em sua maioria, não destoam da proposição heteronormativa, possuindo arranjos familiares compostos por uma figura masculina e outra feminina. No entanto, conseguimos compreender expressões que se mostram como exceções ao modelo de família nuclear, como podem ser vistas na Figura 2:

Figura 2 - Discursos heteronormativos sobre arranjos familiares plurais



Fonte: Ilustração A - (LP5, p. 28); Ilustração B - (LP3, p. 11).

As ilustrações evidenciam discursos de uma família anaparental, composta por três irmãos que residem em uma mesma residência, e um arranjo familiar monoparental, com a ausência de uma figura materna entre os membros. A presença desses discursos nos materiais proporciona que os(as) leitores explorem os diversos arranjos familiares existentes no corpo social, verificando como essas configurações, que divergem do padrão “tradicional”, se constituem em possibilidades válidas. As representações ainda oferecem fatores de identificação aos sujeitos, distanciando-se da visão dicotômica que classifica as estruturas “não tradicionais” em um agrupamento errôneo.

Compreendemos que os discursos contidos na Figura 2 permitem a problematização da ideia fixa e generalizada de arranjo familiar, cujos exemplos de configurações familiares homoafetivas podem até ser citadas durante a exposição dessas expressões. Porém, ao contrário dos arranjos *queers*, tais estruturas não simbolizam uma ameaça à manutenção do *status quo*. Performatividades não heterossexuais e sua categorização como manifestações desviantes expressam tanto a degeneração dos valores nucleares de família, quanto o rompimento de inteligibilidade dos corpos. Dessa forma, percebemos como os discursos verificados (Figura 2) investem na diversidade familiar existente, mas permanece, em parte, normativo.

Ao abordarmos esses aspectos, é válido ressaltarmos como a união civil entre sujeitos *queers* se trata de uma discussão que envolve complexidades. Para Miskolci (2007), o casamento entre pessoas do mesmo sexo funciona como forma de legitimação familiar, que representa uma conquista válida. Entretanto, iguala-se ao modelo heterossexual estável que obriga os homossexuais, bissexuais ou transgêneros a viverem sob uma ordem social normativa.



Butler (2003) também corrobora com essa afirmação ao pontuar que os casamentos homoafetivos produzem zonas de legitimidade e ilegitimidade no próprio movimento. Ou seja, esse vínculo governamental entre indivíduos não heterossexuais, conseqüentemente, marginaliza aqueles que optam por não o realizar, moldando uma subcategoria de anormalidade. Nessa perspectiva, a união matrimonial *queer* é similar aos envolvimento heterossexuais por manterem em funcionamento os modelos aceitáveis e inaceitáveis.

Considerando esses elementos, percebemos como os discursos heteronormativos se fazem presentes até mesmo em situações em que ocorre uma tentativa de desvio e problematização deles. Entretanto, paradoxalmente, os direitos relacionados aos casamentos não heterossexuais não podem ser classificados, em sua totalidade, como inválidos. Eles são legítimos e provocam instabilidades à estrutura nuclear de família. Dessa forma, suas representações nos paradidáticos possivelmente auxiliaria a fragilizar a ideia de arranjos familiares vistos como “corretos”, permitindo que a criticidade esteja presente nas salas de aula durante essas abordagens.

Compreendendo que as práticas esportivas também se apresentam como cenários cujos discursos da norma heterossexual podem ser identificados, na categoria *Performatividades Heteronormativas* também conseguimos analisar a produção de masculinidades e feminilidades atravessadas pela heteronormatividade. Nos livros paradidáticos, notamos como o futebol se destaca expressivamente nas ilustrações, narrativas e trechos, surgindo como atividade esportiva frequentemente realizada pelos personagens.

Implicitamente enquadrado como uma atividade masculina, o futebol, seja na sua prática profissional ou não, configura-se, socialmente, como um conjunto de práticas direcionadas às condutas dos indivíduos, de modo a regular desempenhos corporais e esportivos com base em um fazer performativo heterossexual (Dornelles, 2014). Nesse contexto, expressões viris são exigidas de forma frequente e “naturalizadas” como uma estratégia de investimento na sexualidade esperada.

Observando esse esporte a partir da perspectiva normativa, podemos notar como as proposições heteronarrativas surgem por meio de duas esferas correlacionadas. A primeira associa o futebol a uma validação da heterossexualidade, definindo que o homem necessita manter o entusiasmo por essa atividade esportiva, veementemente – isso ocorre com mais intensidade durante a infância. Isto é, aqueles que expressam ausência de interesse pelo futebol

terão sua sexualidade “natural” invalidada.

O segundo ponto está relacionado às demandas performativas para os sujeitos que praticam o esporte. A circulação da força, agressividade, controle das emoções, determinação e desempenho ágil se definem como movimentos (hétero)normativos que demarcam essas manifestações como adequadas, rejeitando condutas que divergem desse teor essencialista (Dornelles, 2014). A heteronormatividade, então, surge em campo como uma demonstração necessária às partidas futebolísticas, tal como as regras que definem a disputa entre times e a indispensabilidade da bola como item para a sua realização.

Nos livros paradidáticos, as representações corroboram com os elementos discutidos, onde a presença exclusivamente masculina se encontra impressa na atuação dessa prática, o que resulta na ausência feminina, que é facilmente observada:

TRECHO 4

“Acordei de manhãzinha e dei um pulo da cama. Vesti o calção vermelho, a camiseta listrada, que eu ganhei da minha avó, calcei o tênis de briga, tomei café e **voei pro campo de futebol**” (LP6, p. 18, grifo nosso).

TRECHO 5

“Meu pai parece sonhar: Será que vai ter olhos puxados, como os da mãe? Será que vai ter esta minha cara lavada? **Será que vai ser goleiro, artilheiro...**engenheiro, barbeiro, festeiro, bombeiro, cheio de dinheiro... Serei pra ele um bom companheiro?” (LP9, p. 13, grifo nosso).

O futebol enquanto prática esportiva classificada como uma manifestação masculina (Tremos 4 e 5) é uma construção sociocultural que foi fortemente sustentada pela legislação brasileira em anos anteriores, que auxiliou na consolidação dessa percepção. O Decreto-Lei nº3.199 de 1941, amparado em um discurso heteronormativo que considerava a atividade incompatível com a “natureza” das mulheres, proibia o futebol feminino no país (Brasil, 1941). Este envolvimento com o futebol causaria o rompimento das “características femininas” e a aproximação com as performatividades masculinas heterossexuais.

Essa proibição perdurou por mais de 40 anos, tendo sua anulação realizada apenas em 1983. Desde então, com a exclusão vetada, avanços consideráveis vêm sendo produzidos de forma gradativa, auxiliando, diretamente, na desconstrução desse monopólio masculino. A mídia, por exemplo, tem sido cada vez mais reivindicada a transmitir partidas e campeonatos com equipes compostas por mulheres, bem como visibilizar jogadoras profissionais do esporte.



Com essas representações distantes dos paradidáticos, percebemos como esses materiais caminham em um lado contrário, corroborando com a proposição de incompatibilidade do futebol com a “natureza” das mulheres. A presença do gênero feminino no futebol abala e desestabiliza a hegemonia desse esporte, caracterizando-se como uma prática não desejável para os padrões heteronormativos. Dessa forma, não está contida nesses materiais.

Um ponto válido de observarmos – e que também auxilia na produção dessa ausência – é a generalização estereotipada da sexualidade atribuída às mulheres praticantes desse esporte. Segundo Silveira e Vaz (2014), o corpo feminino que opta por realizar essa atividade, distanciando-se do padrão de feminilidade inculcado socialmente, é presumido como lésbico. Os autores ainda relatam que essa rotulação se manifesta de forma mais excessiva quando os padrões estéticos são ultrapassados, o aumento muscular, os ombros largos e a forma de se vestir das jogadoras no esporte, por exemplo, tornam-se perceptíveis, desestabilizando a ordem sexo-gênero-sexualidade.

A omissão dessas representações nos livros paradidáticos promove o enfraquecimento dos discursos contra-hegemônicos. Para a norma heterossexual, os corpos aceitáveis são aqueles que apresentam distinções observáveis entre os gêneros. O futebol feminino, ao oferecer possibilidades de unificação estética desses corpos, além de permitir a realização de práticas culturalmente atribuídas como pertencentes aos homens, contribui para a masculinização das mulheres. Ou seja, não se configura como uma apresentação que coopera com a matriz heterossexual.

Compreendendo o futebol enquanto instrumento de reafirmação da heterossexualidade masculina no meio social, o Trecho 5 nos permite refletir, especificamente, sobre a imposição dessa prática no cotidiano dos jovens. Analisando essa posição, Louro (2014, p. 75) relata que “gostar de futebol é considerado quase uma ‘obrigação’ para qualquer garoto ‘normal’ e ‘sadio’”. O discurso contido no livro traz essa percepção ao representar o futebol como uma idealização do pai, existente mesmo antes do nascimento do filho. A expectativa de que esse sujeito irá se interessar pelo esporte, a ponto de praticá-lo profissionalmente, reproduz uma disposição pertinente que circula entre o gênero masculino.

Em razão disso, o desejo de manter a linearidade social do homem enquanto indivíduo que performa práticas esportivas de maneira regular, auxiliando os padrões heteronormativos,

promove a iniciação esportiva de meninos ainda no período infantil. Assim, em paralelo ao desenvolvimento físico e cognitivo, advindos da prática do esporte, as crianças aprendem, desde cedo, a manterem suas manifestações enquadradas e heterocentradas.

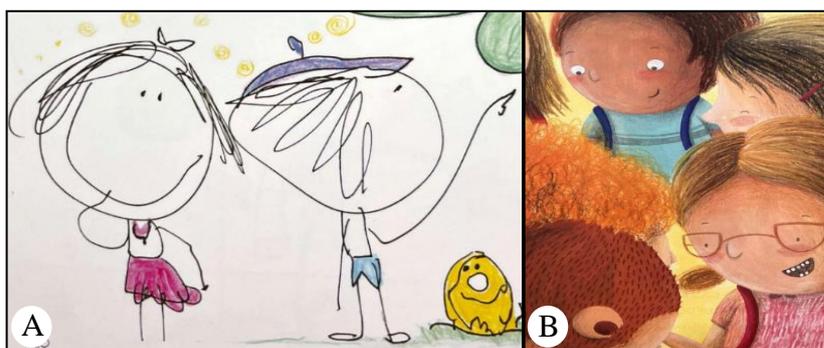
4 ARTEFATOS HETERONORMATIVOS NOS LIVROS PARADIDÁTICOS

Através da categoria *Artefatos Heteronormativos* conseguimos perceber como as produções culturais estão permeadas de significados, também se fazendo presente por meio de concepções normalizadoras atreladas ao gênero e a sexualidade. A associação das cores azul e rosa, atribuídas, respectivamente, às masculinidades e às feminilidades, exemplificam essa configuração.

O uso dessas cores, na sociedade ocidental contemporânea, funciona como uma manifestação de gênero e sexualidade, tendo como propósito o controle das expressões dos corpos, sejam de recém-nascidos, crianças, adultos ou idosos. Diferentemente dos aspectos performativos, os artefatos, não necessariamente, surgem durante as inter-relações sociais, pois estão impressos por pontos visuais, como objetos e roupas, por exemplo. Nesse sentido, a normalização se localiza sobre os elementos que os indivíduos usam, consomem ou mantêm interesse, uma relação cujo significante e o significado tomam forma e assumem discursos hegemônicos.

Baliscei (2021), ao analisar as generificações do azul para homens e rosa para mulheres, bem como sua designação no meio social, expõe que “determinar que essas cores sejam dicotômicas e exclusivamente para o uso de meninos e meninas é uma ação que reflete o medo de que eles e elas possam não ser heterossexuais” (p. 40). Nesse caso, a propagação de figuras masculinas e femininas vinculadas a essas cores possui como intencionalidade perpetuar o não desvio à norma, solidificando um discurso heteronormativo.

Observando os livros paradidáticos, conseguimos reunir situações que tornam esses atravessamentos presentes nas narrativas. No processo de análise desses discursos, optamos por investigar a exclusividade das cores, verificando a relação entre a cor rosa e as personagens femininas, e entre a cor azul e os personagens masculinos. Um exemplo desses discursos é exposto na Figura 3:

Figura 3 - Discursos heteronormativos sobre as cores

Fonte: Ilustração A - (LP7, p. 20); Ilustração B - (LP11, p. 10).

A figura coloca em evidência a associação das cores em seu uso generificado. O sustentáculo da norma heterossexual, nesse caso, não se opõe ao uso ou interesse dos homens e das mulheres por outras cores; a “zona proibida” se encontra sobre o binômio dos pontos visuais classificados como estritamente masculinos ou femininos. Nesse contexto normativo, o uso da cor azul, para meninas/mulheres, e da cor rosa, para meninos/homens, é desautorizado, estabelecendo-se como uma expressão não heterossexual.

Para Baliscei (2020), essa especificação e exclusividade cromática surge na tentativa de cristalizar os papéis de gênero. Ao considerar esses discursos socialmente construídos como uma ordem natural, ou seja, que não possuem influências do meio externo, o posicionamento que caracteriza a cor azul e/ou rosa enquanto elemento determinante da sexualidade de um sujeito se torna inquestionável, explicitamente normativo e esteticamente arbitrário.

Com a intencionalidade de fragilizar essa conjuntura é válido observarmos os processos históricos dessa movimentação. Nesse sentido, recorreremos, novamente à Baliscei (2020), que, ao investigar essa abordagem, relata que no ocidente, antes do século XX, o branco era a cor predominantemente usada para caracterizar e vestir crianças nos primeiros anos de vida, não havendo uma distinção binária. Essa ação só ocorreu após o século XX, mas “a associação era justamente inversa àquela que se apresenta hoje como norma, ou seja, os meninos usavam rosa e as meninas, azul” (Baliscei, 2020, p. 227).

A variação pontuada pelo autor nos auxilia a problematizar a legitimidade reiterada pelos livros paradidáticos (Figura 3). A inadequação das cores para homens e mulheres, meninos e meninas se ampara em um discurso que se torna fragilizado quando a dinâmica das inter-relações sociais é exposta. Uma vez que esses aspectos se definissem como manifestações

naturais, as alterações e variações decorrentes do espaço-tempo não seriam possíveis de ocorrerem.

Observando os discursos nos paradidáticos, ainda percebemos como a imposição binária das cores acentua, sutilmente, a consolidação das polaridades. Os(as) alunos(as) ao manterem contato com os paradidáticos que trazem essas marcações, podem compreender, desde cedo, a necessidade de haver distanciamento entre os gêneros para que os requisitos da norma heterossexual sejam fielmente cumpridos. A cor “pertencente” ao universo masculino, por exemplo, deve ser rejeitada por meninas/mulheres, a fim de não despertarem os sinalizadores da lesbianidade.

No entanto, em paralelo aos discursos heteronormativos sobre as cores, conseguimos reunir representações que fragilizam essas proposições em alguns materiais. O ponto investigativo utilizado foi, novamente, a exclusividade das cores culturalmente associadas à masculinidade heterossexual e à feminilidade heterossexual. A Figura 4, conforme podemos notar abaixo, apresenta personagens que problematizam esses artefatos, onde o azul é utilizado por uma menina e a cor rosa é atribuída aos homens/meninos:

Figura 4 - Representações que fragilizam os discursos heteronormativos sobre as cores



Fonte: Ilustração A - (LP5, p. 11); Ilustração B - (LP6, p. 46); Ilustração C - (LP9, p. 4).

A presença dessas ilustrações na composição dos materiais possibilita a desconstrução da percepção hegemônica, fornecendo subsídios que auxiliam no rompimento do uso generificado das cores e abalam os artefatos responsáveis por reiterar o enquadramento heteronormativo. Explorar essas representações pode se configurar como um ponto inicial para



discussões mais amplas, expondo, por exemplo, demandas performativas relacionadas a comportamentos e atitudes.

Compreendendo a escola como um espaço de formação, esses materiais, destinados a alunos dos anos iniciais do Ensino Fundamental, que em sua maioria, possui entre seis (6) e dez (10) anos, podem influenciar os sujeitos desde cedo a questionarem as narrativas heterocentradas impostas pelas múltiplas esferas sociais. Desse modo, configuram-se como documentos fundamentais para a construção de um âmbito escolar que não reproduz ou instrui a heterossexualidade como norma, não ao menos no que tange a associação de cores binárias.

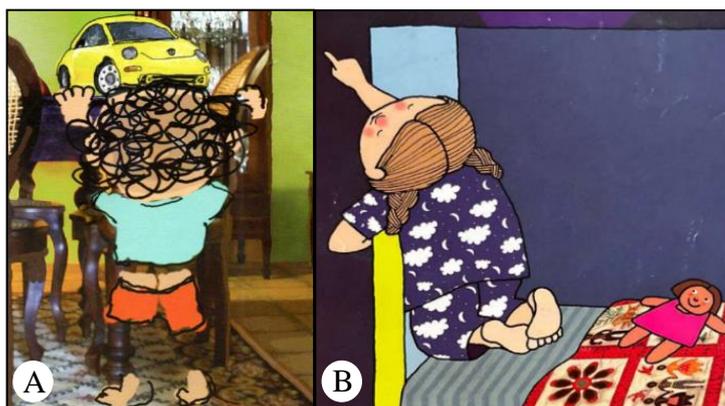
A potencialidade dos materiais que trazem esses discursos, entretanto, só poderá ser explorada em sala de aula se houver profissionais que estimulem essa discussão. Como a montagem das cores nos livros paradidáticos analisados se mostram prescindíveis à trama principal das narrativas que se traçam, cabe aos docentes identificar, problematizar e aprofundar esses aspectos. De maneira antagônica, a possibilidade de serem trabalhados de modo superficial – ou até mesmo de passarem despercebidos – também se configura como uma situação provável de ocorrer no contexto escolar.

Os artefatos heteronormativos presentes nos livros paradidáticos também estão vinculados aos brinquedos, que por meio de sua perspectiva lúdica, constituem-se como construções culturais no qual contribuem para o desenvolvimento infantil, estimulando aspectos como a criatividade e a imaginação. No meio social, no entanto, além de influenciarem nesse processo, os brinquedos tornaram-se um artifício cuja normalização dos corpos é constantemente estimulada.

Almeida (2020), ao analisar a utilização cultural desses artefatos sob a ótica de gênero e sexualidade, afirma que, nesses objetos, o estímulo e a imposição da heterossexualidade são facilmente perceptíveis. O sustentáculo dessa proposição, assim como as cores, tende a se estabelecer na exclusividade, na limitação e na polaridade. Os objetos destinados aos meninos devem ser distintos aos designados para as meninas, o que ilustra uma divisão rígida que classifica expressões legítimas e ilegítimas de sexualidade.

Nos livros paradidáticos, foram identificados discursos que corroboram com esses atravessamentos. Exemplificamos alguns deles na Figura 5 e no Trecho 6, que ressaltam brinquedos heterocentrados:

Figura 5 - Discursos heteronormativos sobre brinquedos.



Fonte: Ilustração A - (LP9, p. 11); Ilustração B - (LP2, p. 16).

TRECHO 6

“Em seu trono de chocolate, **a princesa diverte sua boneca** com estrelas mágicas” (LP2, p. 16, grifo nosso).

Como podemos notar, os brinquedos destinados ao público feminino apresentam uma similaridade comum: a presença de uma boneca nas situações expostas. O artefato faz alusão direta aos estereótipos femininos, alimentando o ciclo hegemônico que constrói demandas e expectativas sociais. Com isso, os discursos expostos evidenciam como tais objetos produzem preparações para os corpos ainda no período da infância, com a intencionalidade de subsidiar performatividades femininas heteronormativas.

A categorização das bonecas como “brinquedos de menina” é permeada pelas relações de poder, que age como um dispositivo de controle dos corpos. Essa associação, ao se constituir por meios socioculturais, não se configura como uma ação espontânea, mas se define como um projeto que instrui, de forma implícita, a heterossexualidade como manifestação “correta”, “aceitável” e “natural”. Logo, a imposição desses fatores desconsidera a autonomia dos indivíduos, que se justifica pela garantia de que a norma será fielmente reproduzida.

Tais artefatos que estimulam a passividade e a maternidade atuam como ferramentas que dissolvem a liberdade dos indivíduos. Bento (2011) nos auxilia a problematizar esse discurso, afirmando que o controle minucioso na produção da heterossexualidade desperta uma avaliação sobre os brinquedos infantis, em que a aversão de meninas por bonecas ou brincadeiras de casinha, por exemplo, é vista como um comportamento “estranho”, que discorda das normas estabelecidas. A autora ainda relata que esses artefatos oferecem continuidade às



demandas e expectativas normativas firmadas a partir do nascimento dos sujeitos.

Nesse contexto, é interessante considerarmos, também, a influência da indústria do consumo, que se caracteriza como um campo que intensifica e busca solidificar essa estruturação. Ao fabricar “brinquedos de menina”, privilegiando conceitos vinculados à feminilidade, como papéis sociais, laços afetivos e aspectos voltados ao cuidado familiar (Oliveira; Paschoal, 2015), a produção industrial de artefatos infantis impulsiona a perpetuação da heteronormatividade. Em um movimento estratégico, por estarem inseridos nos trâmites do mercado, tais produtos são posicionados como os únicos brinquedos ideais, capazes de satisfazerem as necessidades das crianças.

O “brinquedo masculino”, visto na Figura 5, também faz parte dessa conjuntura, sendo um artefato industrializado. O carrinho ilustrado nos permite compreender que os “brinquedos masculinos” direcionam as interações para uma simulação da vida adulta, uma espécie de preparo para os anos subsequentes. No entanto, não vemos a presença de bonecas que remetem ao cuidado e ao mundo doméstico nessa composição, por exemplo. Logo, a brincadeira de “ser adulto” só é permitida quando os meninos simulam a norma heterossexual com vigor, interagindo com artefatos “específicos” do gênero.

As ilustrações e trechos verificados (Figuras 5 e Trecho 6) correlacionam sexo-gênero-sexualidade, buscando a normalização dos corpos com base em aspectos biológicos e desconsiderando os atravessamentos socioculturais, as inter-relações entre os sujeitos, bem como a percepção do sexo como construção social (Butler, 2019).

Os livros paradidáticos analisados, então, operam como dispositivos normalizadores dos corpos, atuando em uma ampla dimensão que favorece os discursos hegemônicos em diversas vertentes. Nesse sentido, torna-se fundamental questionarmos os documentos escolares, compreendendo que esses materiais auxiliam, diretamente, na construção de um contexto escolar atravessado por classificações de anormalidade, ilegitimidade e incoerência.

5 CONSIDERAÇÕES

O estudo teve como objetivo analisar os discursos heteronormativos presentes nos livros paradidáticos dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Verificamos que a heterossexualidade se instaurou no meio social através das relações de poder, sendo colocada sob o status de

naturalidade e impondo demandas para os indivíduos. A disposição heteronormativa define que as performances, manifestações, práticas e organizações fora do enquadramento homossexual devem ser classificadas como impróprias, errôneas e anormais.

Por meio das discussões teóricas também compreendemos que o âmbito escolar é um importante (re)produtor desses discursos, onde a norma homossexual é instruída, determinada e reforçada ao mesmo tempo, em que são trabalhados os conteúdos do currículo. Essa ação pode ser notada tanto por meio de práticas docentes, como por documentos que compõem a sala de aula.

Os dados obtidos a partir da pesquisa qualitativa documental, analisados através dos Estudos Culturais em Educação, nos possibilitaram perceber que os livros paradidáticos dos anos iniciais do Ensino Fundamental analisados se configuram como instrumentos que fornecem subsídios para a manutenção das heteronarrativas. Assim, baseado na Análise de Conteúdo (Bardin, 2011), organizamos duas categorias de análise.

As análises e discussões realizadas evidenciam que os atravessamentos heteronormativos estão presentes sutilmente na composição dos livros paradidáticos através de textos, ilustrações e narrativas. Nesse ínterim, buscamos problematizar os aspectos ditos e não ditos, compreendendo que a ausência de algumas representações é fundamental para a (re)produção do ciclo heterorregulador.

Apesar de ter sido possível reunir exceções, as categorias construídas, em sua maioria, destacam que os livros paradidáticos analisados desconsideram as diversidades de gênero e sexualidade existentes no meio social, se relacionando com a generalização dos corpos e corroborando com a noção normativa de sexualidade. A representação unilateral de organizações homossexuais demonstra a necessidade de materiais pedagógicos que abordem as vivências plurais e dinâmicas dos sujeitos. Ilustrações e enredos fora do enquadramento heteronormativo podem potencializar a efetivação de diálogos que envolvam a diversidade, permitindo que os leitores e as leitoras identifiquem as diversas formas de ser homem e de ser mulher na sociedade.

Por fim, esperamos que as problematizações levantadas por esta pesquisa possam contribuir para provocar novas reflexões acerca da manutenção dos discursos heteronormativos no contexto escolar. Que os livros paradidáticos possam ser avaliados, estranhados e questionados, a fim de auxiliar professores e professoras na construção de uma sala de aula que



valorize a diversidade existente no meio social, no qual todos e todas possam se sentir livres, respeitados e pertencentes.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, C. C. L. **Cenas e discursos heteronormativos e de gênero na educação infantil**. 2020. 129f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba, 2020.
- BALISCEI, J. P. Abordagem histórica e artística do uso das cores azul e rosa como Pedagogias de Gênero e Sexualidade. **Revista Teias**, v. 21, p. 223-244, 2020.
- BALISCEI, J. P. **Não se nasce azul ou rosa, torna-se: cultura visual, gênero e infâncias**. 1.ed. – Salvador, BA: Devires, 2021.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BENTO, B. **A Reinvenção do Corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. 3.ed. Salvador, BA: Editora Devires, 2017.
- BENTO, B. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Estudos Feministas**, Florianópolis, p. 549-559, 2011.
- BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Trad. Maria Helena Kuhner. 11.ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2012.
- BRASIL. **Decreto-Lei nº 3.199, de 14 de abril de 1941**. Planalto: Portal Oficial da Presidência da República.
- BRITZMAN, D. O que é esta coisa chamada amor – identidade homossexual, educação e currículo. Trad. T. T. Silva, **Educação e Realidade**, v. 21 (1), p. 71-96, jan./jun. 1996.
- BUTLER, J. Corpos que pensa: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, G. L. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.
- BUTLER, J. O parentesco é sempre tido como heterossexual? **Cadernos Pagu**, p. 219-260, 2003.
- BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 13.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.
- DORNELLES, P. G. Corpo, gênero e práticas corporais esportivas: diálogos iniciais a partir da teoria queer. In: FERRARI, A. *et al.* (Org.). **Corpo, gênero e sexualidade**. Lavras: UFLA, 2014.
- DUARTE, M. F. S. **O Corpo Masculino nos Livros Didáticos de Ciências: uma análise dos seus discursos e da retirada da categoria “gênero” da Base Nacional Comum Curricular**. 2023. 123f.

Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2023.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade 1**: a vontade de saber. 9.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

JUNQUEIRA, R. D. Pedagogia do armário: a normatividade em ação. **Revista Retratos da Escola, Brasília**, v. 7, n. 13, p. 481-498, jul./dez. 2013.

KATZ, J. N. **A invenção da heterossexualidade**. Rio de Janeiro, RJ: Ediouro, 1996.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação**: Uma perspectiva pós-estruturalista. 16. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

LOURO, G. L. Heteronormatividade e homofobia. In: JUNQUEIRA, R. D. (Org.). **Diversidade sexual na educação**: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: Ministério da Educação; Unesco, 2009.

MINAYO, M. C. S. O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. C. S. (org). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

MISKOLCI, R. Pânicos morais e controle social: reflexões sobre o casamento gay. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 28, p. 101- 128, jan./jun. 2007.

OLIVEIRA, M. R. F.; PASCHOAL, J. D. A Infância e a Sociedade do Consumo: Indústria Cultural e Imaginário Infantil. **Imagens da Educação**, v. 5, n. 1, 2015.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F.; Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. In: SÁ-SILVA, J. R. (org). **Linhas de pensamento nas Pesquisas em Educação**. Curitiba: CRV, 2022.

SILVA, T. T. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

SILVEIRA, V. T.; VAZ, A. F. Corpo feminino no esporte: entre heterossexualidade compulsória e lesbofobia. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 36, n.2, p. 212-222, abr./jun, 2014.

AGRADECIMENTOS E APOIOS

Esta investigação qualitativa educacional documental foi desenvolvida no Grupo de Pesquisa Ensino de Ciências, Saúde e Sexualidade da Universidade Estadual do Maranhão (GP-ENCEX / UEMA / CNPq) e nas dependências do Laboratório de Metodologia e Prática de Ensino de Ciências e de Biologia do Curso de Ciências Biológicas Licenciatura e Departamento de Biologia da Universidade Estadual do Maranhão (LABENBIO / DBIO / UEMA) com auxílio de Bolsa Produtividade em Pesquisa financiada pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Estadual do Maranhão (PPG-UEMA), vigência 2023-2024. As ações de pesquisa contaram com o auxílio de um bolsista de iniciação científica com cota de bolsa financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) / Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade



Estadual do Maranhão (PPG-UEMA) e de um estudante de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Maranhão (PPGE-UEMA).

COMO CITAR - ABNT

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; GOMES, Fernando Lucas da Silva; GOMES, Alteney José Souza. Discursos heteronormativos em livros paradidáticos dos anos iniciais do ensino fundamental. **Areté - Revista Amazônica de Ensino de Ciências**, Manaus, v. 22, n. 36, e24005, jan./dez., 2024. <https://doi.org/10.59666/Arete.1984-7505.v22.n36.3694>

COMO CITAR - APA

Sá-Silva, J. R.; Gomes, F. L. S.; Gomes, A. J. S. (2024). Discursos heteronormativos em livros paradidáticos dos anos iniciais do ensino fundamental. *Areté - Revista Amazônica de Ensino de Ciências*, Manaus, 22(36), e24005. <https://doi.org/10.59666/Arete.1984-7505.v22.n36.3694>

LICENÇA DE USO

Licenciado sob a Licença *Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International* ([CC BY-NC 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)) . Esta licença permite compartilhar, copiar, redistribuir o manuscrito em qualquer meio ou formato. Além disso, permite adaptar, remixar, transformar e construir sobre o material, desde que seja atribuído o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico.



HISTÓRICO

Submetido: 13 de novembro de 2023.

Aprovado: 15 de janeiro de 2024.

Publicado: 10 de março de 2024
